

## "A longa marcha do alargamento" in Expresso (28 junho 1997)

**Source:** Expresso. 28.06.1997, n° 1287. Lisboa. "A longa marcha do alargamento", auteur:Meireles, Luísa , p. 15.

**Copyright:** (c) Expresso - Luísa MEIRELES

**URL:** [http://www.cvce.eu/obj/a\\_longa\\_marcha\\_do\\_alargamento\\_in\\_expresso\\_28\\_junho\\_1997-pt-463b92c7-8aeb-4b70-85c2-e2c169f04439.html](http://www.cvce.eu/obj/a_longa_marcha_do_alargamento_in_expresso_28_junho_1997-pt-463b92c7-8aeb-4b70-85c2-e2c169f04439.html)

**Publication date:** 29/11/2013

## A longa marcha do alargamento

### **Chegada a hora de cobrar promessas, os candidatos “descobrem” que o caminho é mais longo do que parecia**

Um verdadeiro balde de água fria caiu sobre os Países da Europa Central e Oriental (PECO) candidatos ao alargamento da União Europeia que, depois da cimeira de Amesterdão, analisam com receio as perspectivas de adesão.

A data para o início das negociações com alguns dos “eleitos” mantém-se em Janeiro de 1998. Mas o relativo fracasso da cimeira, que pôs a nu a dimensão das dificuldades e as diversidades internas da própria, veio complicar ainda mais o processo.

“Não posso imaginar como poderemos concluir negociações com êxito, antes de os Estados-membros tomarem internamente decisões, em especial nos assuntos económicos e financeiros», afirma o polaco Andrzej Hasasimowicz, responsável do gabinete para a integração europeia no seu país. “Se algo correr mal com a União Económica e Monetária, isso não deixará de ter impacto no alargamento», afirmou por sua vez Pavel Telicka, funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros checo. À partida, a questão do alargamento da UE sempre foi complexa. A ideia geral é que a integração dará mais peso à Europa nos assuntos económicos globais e prosperidade e segurança a todo o continente. Mas a constatação não esconde as dificuldades do processo, tanto para a UE como para os candidatos que, se já cumpriram parte importante da transição económica e política, têm ainda pela frente duros anos de trabalho antes de atingirem um pleno desenvolvimento. Para alguns deles, a pior parte ainda nem sequer começou, segundo o último relatório do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), encarregado de acompanhar a longa marcha do antigo «império comunista» em direcção à economia de mercado.

A análise do BERD, que constata êxitos mas prevê um novo ciclo de dificuldades para todos os PECO, com taxas de crescimento menos rápidas e aumento das desigualdades e da pobreza, dá razão à precaução dos líderes da UE, que preveniram os futuros candidatos que só se poderia começar a falar de integração depois do ano 2002.

Na visão mais optimista do alargamento, considera-se que a primeira vaga deverá incluir a Polónia, a Hungria, a República Checa, um país báltico e a Eslovénia, considerados já oficialmente como «economias de mercado». A mais restrita — à semelhança do processo idêntico que ocorre na NATO — diz apenas respeito aos três primeiros, membros de pleno direito, desde o ano passado, da OCDE.

Todos eles apresentaram nos últimos anos taxas elevadas de crescimento económico, na ordem dos 5%, mas também problemas e dificuldades crescentes que se reflectem na situação política, ao sabor de uma onda de descontentamento popular que não se coaduna com o relativo bem-estar das estatísticas. E a questão europeia é para todos «crucial», uma particular afirmação de soberania a marcar as distâncias em relação a um passado recente.

O caso esloveno é elucidativo. O primeiro-ministro, Janez Drnovsek, afirmou, na quinta-feira, que se a Eslovénia não entrar na primeira vaga do alargamento exigirá um voto de confiança ao Parlamento. Bem colocada para aceder à UE (o seu rendimento «per capita» é de 10 mil dólares, superior no português ou ao grego), cumpriria rigorosamente os critérios de Maastricht.

Quanto aos países bálticos, dependentes de opções geoestratégicas devido ao grande vizinho russo, vêm confirmada a asserção de que o alargamento é, por isso mesmo, um processo político. Entre eles, é a Estónia a principal candidata.

O «campeão» das reformas é a Polónia, um gigante de 40 milhões de habitantes que se tornou o primeiro — e até agora o único — dos países do ex-bloco socialista a recuperar e ultrapassar o nível de desenvolvimento económico anterior a 1989, data da queda do muro de Berlim e ano de referência do processo de transição.

Com um Produto Interno Bruto (PIB) de 134.500 milhões de dólares e uma taxa de crescimento de 5,5 por cento em 1996, a Polónia gaba-se hoje de ser um «dragão da Europa», apesar de o seu PIB «per capita» ser de 30 por cento da média europeia.

Mas a privatização das grandes empresas nos sectores-chave da economia está ainda por fazer, e a reforma do sector da agricultura, onde trabalha 25 por cento da população activa — o seu «calcanhar de Aquiles» —, promete, em caso de adesão à UE, fortes embates.

A grande «desilusão» é a República Checa que, depois de ser considerada um «caso de sucesso» ímpar, mergulhou este ano numa confusa situação. Praticamente em «estado de emergência económica» desde Abril, quando o Governo foi obrigado a decretar um pacote excepcional de medidas de austeridade, vive agora momentos de incerteza ao nível político.

Há 15 dias, a coligação governamental do primeiro-ministro Vaclav Klaus foi salva pelo gongo de uma moção de censura. E, apenas um ano depois do último escrutínio, ninguém garante que não sejam convocadas novas eleições. Com um défice comercial no vermelho (8,6 por cento do PIB), a República Checa vê também o desemprego começar a subir (4,3 por cento em 1996, contra 2,9 por cento em 1995) e a produção industrial a cair.

### **Curas radicais**

Se a «cura» drástica infligida aos húngaros desde 1995 permitiu, em certa medida, sanear as contas do Estado (um dos mais endividados da Europa), as consequências para a população foram dramáticas. Em dois anos, o consumo interno caiu 8 por cento e os salários reais 12 por cento. E, segundo um recente estudo do sociólogo Rudolph Andorka, 30 por cento da população vive na miséria.

O preço, aparentemente, compensou: em 1996, o desemprego cedeu finalmente (10,5%) e a inflação baixou para 24 por cento, apesar do PIB ter crescido apenas 1,5 por cento. Considerado anteriormente como o país do Leste mais bem colocado no processo de transição, a Hungria foi mais longe em termos de reformas estruturais, captando mais de um terço do total de investimento estrangeiro em toda a região, incluindo a ex-União Soviética.

LUÍSA MEIRELES